



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LÍDIA ALVES OLIVEIRA**

**ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma pesquisa documental na Universidade  
Federal do Pará**

Altamira, Pará  
2021

Lídia Alves Oliveira

**ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma pesquisa documental na Universidade  
Federal do Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Educação do Campus Universitário de  
Altamira da Universidade Federal do Pará, para obtenção  
do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Roseane Rabelo

Altamira, Pará  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A474a Alves Oliveira, Lídia.  
ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Uma  
pesquisa documental na Universidade Federal do Pará / Lídia  
Alves Oliveira. — 2021.  
33 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de  
Educação, Altamira, 2021.

1. Acesso . 2. Acessibilidade. 3. Permanência. 4. Ensino  
Superior. I. Título.

CDD 371.952

---

**ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma pesquisa documental na Universidade  
Federal do Pará**

Elaborado por

Lídia Alves Oliveira

Como requisito parcial para obtenção do grau de

**Licenciada em Pedagogia**

**Aprovado em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseane Rabelo Souza Farias  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscilla Bellard M. de Souza  
(Membro da Banca Examinadora)

---

Prof<sup>o</sup>. Msc. Jonata Souza de Lima  
(Membro da Banca Examinadora)

Dedico este trabalho à minha querida Mãe Alenilde, meu Pai Ezequiel, meus irmãos Raquel e Natanael por terem me dado apoio e incentivo durante o curso. Aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante esta trajetória.

Dedico *in memoriam* a minha avó Laudiceia e aos meus amigos e colegas de profissão Francisco e Jodaias que infelizmente não puderam estar aqui hoje.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me sustentado durante a graduação, por ter me dado forças quando eu pensei em desistir e me guiado até aqui.

A minha querida mãe Alenilde Alves Oliveira por sempre me incentivar a não desistir dos meus estudos e meus sonhos. Ao meu pai Ezequiel pelo auxílio e conselhos para seguir em frente. Aos meus amados irmãos Natanael Alves Oliveira e Raquel Alves Oliveira pelos momentos de alegria e companheirismo proporcionado durante toda minha trajetória de vida.

Aos meus tios Edelza de Menezes e João Menezes por ter me acolhido e me abrigado em sua casa durante o curso. Ao meu Avô Américo Joaquim cordeiro de Oliveira por sempre ter me ajudado quando precisei.

A uma pessoa muito especial na minha vida durante esse processo Dayane Paula Silva de Menezes por ter estado do meu lado todos os dias me dando forças para continuar. Pelo apoio moral durante os dias difíceis, por ter me acolhido quando precisei, por ter sido essa segunda mãe, essa parceria e amiga.

A todos os meus amigos de coração, especialmente Juliane Santos, Caroline Kempner, Mateus Oliveira e Nailson Souza por estarem sempre ao meu lado quando precisei, me incentivando a não desistir, por ter me proporcionado momentos de felicidades e estarem torcendo por mim.

Agradeço a toda turma de Pedagogia 2017 pelo companheirismo e por ter sido excepcional na minha vida, em especial Clea da Silva Lima, Taina Gomes de Souza e Gleiciane Damasceno pela amizade construída durante esse período, pelo esforço, pela dedicação e apoio dado umas às outras para continuarmos firmes.

A todos os professores e profissionais da Universidade Federal do Pará pela dedicação e conhecimento repassado em cada disciplina durante essa experiência em que cada aprendizado será levado para sempre comigo. Um agradecimento especial a minha querida orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseane Rabelo pelo seu tempo disponibilizado, pela compreensão, pela paciência e dedicação durante todo o período de construção deste projeto, sem ela não teria chegado até aqui. Aos professores Prof. Msc. Jonata Souza de Lima e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscilla Bellard M. de Souza por terem aceitado fazer parte da minha banca examinadora e dedicado o seu tempo nesse projeto importante na minha formação.

A todos que fizeram parte e contribuíram de forma direta e indiretamente não citado aqui fica o meu muito obrigado.

*Há quem diga que todas as noites são de sonhos.  
Mas há também quem garanta que nem todas, só as de  
verão. No fundo, isto não tem muita importância.  
O que interessa mesmo não é a noite em si, são os  
sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos  
os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou  
acordado.*

*Shakespeare*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01:	Evolução do número de vagas ofertadas e preenchidas para PcD's 2011-2020.	17
Gráfico 02:	Percentual do total de alunos PcD's ativos na graduação no ano de 2020, considerando o seu ano de ingresso 2010-2020	17
Gráfico 03:	Estudantes matriculados por tipo de deficiência.	18
Quadro 01:	Programas e atividades desenvolvidos no ano de 2017 pela assistência estudantil.	19
Quadro 02:	Programas e atividades desenvolvidos no ano de 2019 pela assistência estudantil.	20
Gráfico 4:	Alunos PcD's assistidos pelo PAI	21
Gráfico 05:	Bolsistas PcD's de monitoria pelo Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade por graduação.	22

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

UFPA	Universidade Federal do Pará
SAEST	Superintendência de Assistência Estudantil
PINAE	Política Institucional de Assistência Estudantil
PNE	Política Nacional de Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
PCD	Pessoas com Deficiências
COACCESS	Coordenadoria de Acessibilidade
PROACCESS	Programa Institucional de Acessibilidade
PENAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
TEA	Transtorno do espectro Autista
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAI	Programa de apoio especializado e individual
PROBAC	Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade
PROFAEIS	Programa de Formação Continuada e Apoio à Inclusão de Pessoas Público-alvo da Educação no Ensino Superior
INFRACESSIVEL	Programa de Apoio a Infraestrutura Acessível
PNACES	Programa de Implementação de Núcleos de Acessibilidade
PNEE	Política Nacional de Educação Especial

# **ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma pesquisa documental na Universidade Federal do Pará**

Lídia Alves Oliveira<sup>1</sup>  
Roseane Rabelo S. Farias<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo investigar as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da análise dos relatórios anuais da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST). Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa. A pesquisa partiu do seguinte problema: Quais as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência promovidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA)? Os instrumentos de coleta de dados foram os relatórios anuais da instituição, no período de 2010 a 2020. Como resultados, pode-se observar que a UFPA promove a acessibilidade de alunos com deficiência por meio da garantia do acesso e permanência de estudantes PcD's matriculados no curso de graduação. Por meio da Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) vinculada a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) ocorrem ações, serviços, programas, projetos e políticas educacionais. Assim podemos compreender a importância do papel da Instituição de Ensino Superior para o acesso e permanência de pessoas com deficiência na graduação, com destaque para os aspectos como infraestrutura, moradia estudantil, apoio ao transporte, biblioteca, refeitório e apoio para estudantes com deficiência física.

**Palavras chaves:** Acesso, Acessibilidade, Permanência e Ensino Superior

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará – UFPA, turma 2017. E-mail: [lidiaalvesoliveira16@gmail.com](mailto:lidiaalvesoliveira16@gmail.com)

<sup>2</sup> Roseane Rabelo Souza Farias, graduou-se em pedagogia pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Especializou-se em Educação Inclusiva - UEPA. Mestre em educação pela mesma universidade. Doutora em Educação com ênfase em Educação Especial, pela Universidade de São Paulo - USP. Professora da UFPA. E-mail [roseanerabelo@ufpa.br](mailto:roseanerabelo@ufpa.br)

## ABSTRACT

This article aims to investigate the actions of access, accessibility, and permanence of students with disabilities at the Federal University of Pará (UFPA), through the analysis of the annual reports of the Superintendency of Student Assistance (SAEST). It is documentary research, with a qualitative approach. The research started from the following problem: What are the actions of access, accessibility, and permanence of students with disabilities promoted by the Federal University of Pará (UFPA)? The data collection instruments were the institution's annual reports, from 2010 to 2020. As a result, it can be observed that the UFPA promotes accessibility for students with disabilities by guaranteeing the access and permanence of PwD's students enrolled in the undergraduate course. Through the Accessibility Coordination (COACCESS) linked to the Superintendence of Student Assistance (SAEST), educational actions, services, programs, projects, and policies take place. Thus, we can understand the importance of the role of the Higher Education Institution for the access and permanence of people with disabilities in graduation, with emphasis on aspects such as infrastructure, student housing, support for transport, library, cafeteria, and support for students with physical disabilities.

**Keywords:** Access, Accessibility, Permanence and Higher Education

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da análise dos relatórios anuais da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), no período de 2010 a 2020.

O interesse em desenvolver um estudo na área da educação especial, surgiu após cursar a disciplina Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Educação Especial ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia na UFPA durante a graduação. Na disciplina, reconhecemos que a trajetória de escolarização de alunos com deficiência no ensino superior é atravessada por muitos desafios, que dizem respeito ao acesso, a acessibilidade e a permanência. É necessário pensar a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior como uma ação política, cultural, social e pedagógica, que reconhece o direito de todos os alunos estarem juntos aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação, apresentando um paradigma educacional no qual a igualdade e a diferença são valores indissociáveis (MARIANO *et al*, 2015).

A UFPA visando manter e aprimorar o processo evolutivo da acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior, por meio da Resolução N° 763/2017 – CONSUN/UFPA, de 20 de outubro de 2017, criou a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), que tem como intuito executar políticas, ações afirmativas e projetos voltada para a assistência estudantil e acessibilidade (UFPA, 2021, p. 5).

É de responsabilidade da SAEST a Acessibilidade na UFPA, desenvolvida através da Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS), e se concretiza por meio do macroprograma Incluir-Acessibilidade (PROACCESS), objetivando atender o público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior garantindo a permanência destes (UFPA, 2017).

Na esteira de ações realizadas pela SAEST destaca-se a criação da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) desenvolvida com o objetivo de proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por intermédio “de ações/programas/projetos de apoio à Assistência Estudantil, em áreas como: atenção, saúde; cultura; esporte e lazer, inclusão digital, apoio pedagógico e acessibilidade” (UFPA, 2021, p. 8. Essas ações são desenvolvidas e executadas por meio da SAEST contribuindo para a permanência destes alunos no ensino superior.

Conforme Resolução n. 828, de 23 de março de 2021, que aprova a citada política, as ações de acessibilidade na perspectiva da educação inclusiva são de suma importância para o êxito do estudante. Para isso, cabe à instituição esforços para a “eliminação de barreiras

arquitetônicas, mobiliário, comunicacionais, informacionais, atitudinais, pedagógicos, curriculares e tecnológicos” (UFPA, 2021, p. 14).

A educação inclusiva tem um importante papel de garantir meios para que ocorra o aprendizado no contexto escolar, independentemente da cor, raça ou cultura, incluindo pessoas com deficiências (PcD's). A discussão sobre a educação inclusiva tem sido priorizada em algumas universidades, mas ainda persistem muitas barreiras que revelam a inclusão como um processo complexo. Entre essas barreiras destacam-se as que se relacionam com a acessibilidade e a permanência de alunos com deficiência nas universidades.

A Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência, em seu Art. 4º garante o direito à igualdade de oportunidade para todas as pessoas com deficiência junto com as demais pessoas sem sofrer nenhuma descriminalização. Porém é notório que vivenciamos processos de exclusão de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiências, seja ela física, sensorial, cognitiva e intelectual no dia a dia ou dentro das instituições de ensino.

Embora haja uma profunda reflexão sobre a educação especial no ensino superior, a carência de acessibilidade, projetos, políticas públicas e apoio tem contribuído para a evasão destes alunos nos cursos. Alunos com deficiência ao ingressarem no ensino superior trazem consigo uma história marcada por diversas experiências que revelam o fenômeno da inclusão de maneira multifacetada. Há entraves, barreiras, preconceitos, mas também há superações, lutas, resistências. Nesse sentido, essa pesquisa parte do seguinte problema: **Quais são as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência promovidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA)?** Outras questões surgem como norteadoras:

- Como a UFPA promove o acesso?
- Quais são as ações de acessibilidade?
- Como a UFPA contribui para a permanência do aluno com deficiência no ensino superior?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará (UFPA). Para isso recorreremos aos relatórios anuais da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), no período de 2010 a 2020.

E de forma específica:

- Identificar as ações de acesso promovidas pela UFPA;
- Identificar as ações de acessibilidade promovidas pela UFPA;
- Identificar as ações de permanência promovidas pela UFPA.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho tem como pretensão a reflexão do acesso, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior na Universidade Federal do Pará. Tal reflexão pode possibilitar identificar, nesse nível de modalidade, as possibilidades educativas que foram ofertadas, bem como, os processos de acesso e permanência destes sujeitos durante o período da graduação. Também é interesse destacar os espaços educativos e as condições educativas que foram ofertadas tanto a nível estrutural, como pedagógico e curricular oferecido pelas Universidade Federal do Pará.

Para investigar as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará (UFPA), recorreu-se aos relatórios anuais da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), no período de 2010 a 2020, uma vez que são nestes documentos que constam as informações referentes ao objeto de investigação.

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, com a finalidade de analisar o acesso, a acessibilidade e a permanência de alunos PcD's no ensino superior na UFPA. A pesquisa documental possui uma série de vantagens como “considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados” além do baixo custo que apresenta em relação às outras, exigindo apenas disponibilidade de tempo para a análise dos dados. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa, o que neste momento, devido estarmos em meio a uma pandemia mundial por causa da Covid-19, seria muito difícil e arriscado o contato com os sujeitos.

A pesquisa documental foi realizada por meio de documentos de segunda mão. Conforme Gil (2002, p. 46), trata-se de documentos já analisados, tais como: relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas. A intenção com a pesquisa é evidenciar nos resultados já dados, as categorias: acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência e apresentar outras releituras analíticas. A análise se sustenta em uma abordagem qualitativa. Segundo Rodrigues e Limena (2006) por meio dessa abordagem o pesquisador descreve a complexidade de uma determinada hipótese, analisa a interação além de interpretar os dados, fatos e as teorias.

Os instrumentos de coleta de dados foram os relatórios anuais de 2016 a 2020. Trata-se de dados estáticos de pesquisa feita na UFPA pela SAEST Após a coleta, os dados foram analisados conforme Gil (2002, p.88) “em observância aos objetivos e ao plano da pesquisa” sendo desenvolvida em três fases. A primeira foi a pré-análise, onde se deu a escolha dos

documentos. A segunda foi a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. E a última foi constituída pela interpretação dos dados.

Esse artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro momento discutiremos acerca do acesso e acessibilidade na UFPA, fundamentado nos dados coletados e autores que discutem acerca do tema, no segundo momento daremos foco as ações e programas que contribuem de forma acessível para a permanência destes estudantes.

## **1- ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE ALUNOS PcD's NA UFPA**

Segundo os relatórios dos anos de 2016 a 2020 da SAES, a acessibilidade de alunos PcD's nas Universidade Federais do Pará se caracteriza pela promoção do acesso e permanência de alunos com deficiência matriculados no curso de graduação. Nessa direção, para fazer desenvolver os objetivos da universidade em promover o ingresso e a permanência dos alunos público-alvo educação especial, foi criada no ano de 2009 a Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS), que se caracteriza como:

um espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações e articulação entre os diferentes órgãos unidades e subunidades da Universidade Federal do Pará, para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão no Nível Superior (UFPA, 2016).

Vale destacar que COACCESS/SAEST conta com a assistência de uma equipe de profissionais especializados e de formação continuada para desenvolver a acessibilidade aos discentes com deficiência nas suas peculiaridades. A COACCESSSS desenvolveu o programa de acessibilidade (PROACCESS) que visa a “promoção da acessibilidade e inclusão na Educação Superior, prioritariamente às pessoas com deficiência (PcD's), independente se o discente ingressou pela cota ou não”(UFPA, 2019).

O programa se configura por meio de 4 eixos: O primeiro é o ensino, formação, currículo acessível; o segundo é a pesquisa; o terceiro é a extensão; e o último trata da Infraestrutura. Esses eixos formam um conjunto de ações (programas e projetos) que promovem a acessibilidade, a autonomia e aprendizagem em igualdades de condições pedagógicas e de respeito à diferença aos discentes com deficiência (UFPA, 2017).

Segundo o relatório da SAEST (2016) no mesmo ano (2016) a Coordenadoria de Acessibilidade deu início à indução das políticas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior para o público-alvo, iniciada por meio da Resolução 3883/2009 e, atualmente, pela nova política de cotas, Lei Nº13.409/2016 (UFPA, 2016).

Tais ações estão em consonância à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Referente a educação especial no ensino superior, essa se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Envolvendo o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser obrigatoriamente disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolva o ensino, a pesquisa e a extensão (PNEE, 2008, p. 5)

Embora seja notório os avanços sobre a educação inclusiva, houve um longo trajeto de anos e anos de lutas por trás destes avanços. Cabe salientar que somente tomou maior proporção a discussão em torno dos direitos das pessoas com deficiência, após a assinatura da Declaração de Salamanca, que é considerado um dos principais documentos da Educação Inclusiva. O documento orienta as necessidades de uma escola para todas as crianças sem exclusão de ninguém:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994, p. 3b).

Com a finalidade de fortalecer e revigorar a acessibilidade na Universidade e garantir de forma efetiva a inclusão e permanência dos alunos com deficiência a UFPA ampliou suas ações para esse público juntamente com o COACCESS, vinculada à Superintendência de Assistência Estudantil - SAEST.

As ações da COACCESS estão fundamentadas pelo Decreto nº 7.611 de 2011, art. 5º e pelo Decreto nº 7.234 de 2010 (UFPA, 2016). O próprio dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências com “a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular” (BRASIL, 2011).

A inclusão é muito mais do que um modelo para prestar serviços para a educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, na definição de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais normal do que exclusiva (STAINBACK, 1999, p. 31).

Em consonância à Política Nacional de Educação, a educação inclusiva se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, na qual a igualdade e diferença são valores indissociáveis, tornando a indiferença um valor associável e que teve um avanço em relação à ideia de equidade formal ao comparar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora do contexto escolar (PNEE, 2008).

É nessa perspectiva que o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – (PNAES), busca em suas proposições, a citar o Art. 1º [...] que destaca os esforços para a ampliação das “condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva Nogueira e Glat (2003) afirmam que as políticas públicas para a inclusão devem ser realizadas na forma de programas de capacitação contínuo que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição da exclusão escolar, o que virá a beneficiar, não só apenas os discentes com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo (NOGUEIRA; GLAT 2003, p. 7). Pensando-se também no ensino superior, pois parece que quando se fala em capacitação para o trabalho docente, deve-se pensar somente na educação básica.

Nessa direção, a COACCESS se move na efetivação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na percepção que a inclusão cresça na universidade reduzindo ou eliminando as barreiras que existe na vida acadêmica das pessoas com deficiência (UFPA, 2016).

Importante saber que a acessibilidade conceituada pelo Art 8, Inciso I do decreto Nº 5.296 de Dezembro de 2004 se caracteriza como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

De forma atualizada a Lei Brasileira de Inclusão, Nº 13.146 de 2015, nos permite a seguinte compreensão de acessibilidade como:

a possibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida alcançar com segurança e autonomia mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, os meios de transportes, informação e comunicação, e ainda, as tecnologias e outros serviços de uso coletivo em todos os espaços (BRASIL, 2015).

A Universidade por meio da SAEST através da COACCESS disponibiliza alguns recursos e ações através da aba acessibilidade ao aluno ou qualquer outro estudante e professores para

que tenham acesso as História, Atividades, Legislação, Equipe Técnica, Cartilhas Pedagógicas e Guia de Monitoria de PcD's.

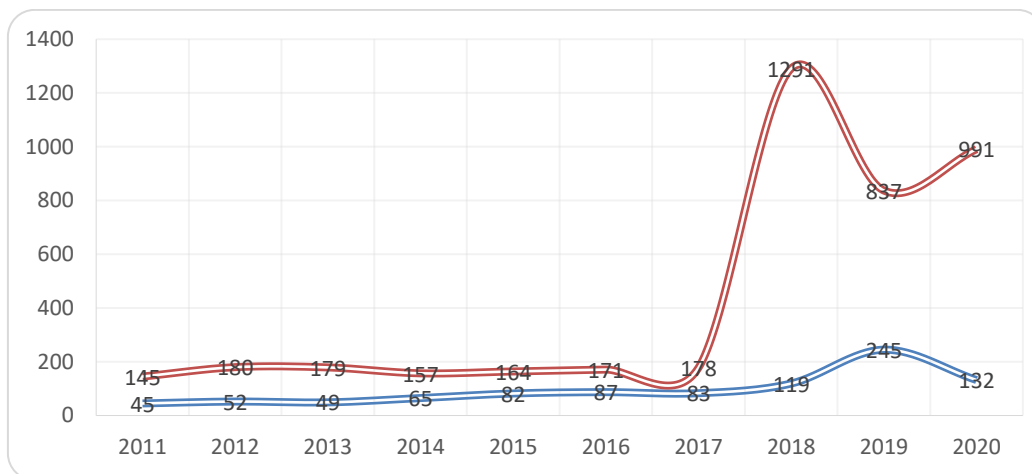
Destaca-se entre outras ações realizada pela UFPA através da COACCESS, as cartilhas disponibilizadas no site do SAEST que tem como objetivo nortear e orientar quaisquer estudantes ou membro da universidade sobre a acessibilidade relacionada a várias deficiências. Em destaque estão a cartilha acerca da deficiência auditiva, visual, pessoas com deficiência física e transtorno do espectro autista (TEA):

As orientações pedagógicas e técnicas aqui propostas para contribuir no relacionamento com PcD's na UFPA estão organizadas em quatro cartilhas que podem auxiliar o professor e o discente sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com deficiência na universidade. São orientações que podem diminuir barreiras que envolvem processos excludentes, tais como na comunicação, informação, físicas, de mobiliários, atitudinais e tecnológicas (UFPA, 2016).

Glat, Machado e Brawn (2006) ressalta que a educação inclusiva não é só matricular o aluno para desenvolver a “socialização”. Ela somente é significativa se proporcionar permanência do aluno tanto na educação básica quanto na superior. Ao falar em acessibilidade, logo vem à mente rampas e barras, entre outros termos físicos, mas a própria vai além da estrutura física, refere-se a possibilidade e alcance do aluno PcD's utilizar do espaço e desfrutar das relações sociais.

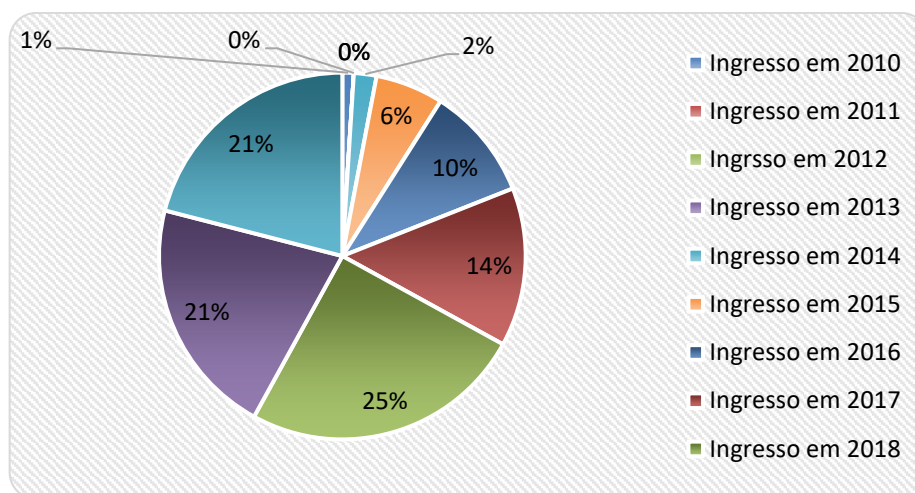
Ao buscar as ações de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência promovidos pela UFPA, foi possível conhecer os programas, leis e projetos voltados para a acessibilidade disponibilizados pela UFPA. Foi de suma importância para a minha formação conhecer as evoluções das leis, decretos, políticas afirmativas e direitos conquistados até os dias atuais publicada no portal SAEST na aba acessibilidade. A investigação me permitiu conhecer, também, os serviços disponibilizados para alunos que possuem deficiência, dentre eles, a tradução e interpretação de Libras, transcrição de texto para leitores de tela, instalação de softwares leitores de tela e audiodescrição. Para isso, o aluno ou professor pode clicar no serviço que deseja, seguir as orientações e solicitar através do site da SAEST/UFPA de forma online, na aba acessibilidade.

No gráfico abaixo podemos observar a evolução da quantidade de alunos com deficiências matriculados entre os anos de 2011 a 2020 na UFPA segundos os dados estatísticos divulgados pelo relatórios analisados.



**Gráfico 01:** Evolução do número de vagas ofertadas e preenchidas para PcD 2011-2020.  
Fonte: UFPA, 2020

No gráfico 02 podemos observar a representatividade de alunos ingresso nos respectivos anos, sendo notório a evolução do ingresso e permanência dos alunos com deficiência ao longo do período entre 2010 a 2020 na UFPA, trazendo uma significativa de que a acessibilidade na universidade apresentou uma crescente demanda. Vale ressaltar ainda que, no ano de 2018, ocorreu um salto no percentual de crescimento de estudantes que ingressaram e ainda permanecem em 2020.



**Gráfico 02:** Percentual do total de alunos PcD's ativos na graduação no ano de 2020, considerando o seu ano de ingresso 2010-2020  
Fonte: UFPA, 2020

Ao analisar os dois gráficos acima, observou-se que, embora tenha ocorrido um grande avanço nos dados com o passar dos anos, ainda apresenta uma discrepância preocupante com relação a quantidade de vagas de alunos não preenchidas (gráfico 01) e alunos que não permaneceram no curso (gráfico 02)

Os dados apresentados pela UFPA (2016), gráfico mostra a quantidade de alunos matriculados dentre as vagas ofertadas, e comparado com os dados do gráfico 02 onde mostra a quantidade de alunos que ainda permanece matriculado e ativo em seus respectivos cursos durante os anos de 2011-2020, é perceptível a diferença na quantidade de graduandos que não permanecem nos cursos. Cabe ressaltar ainda que dentre as 4.293 vagas ofertadas no período 2011-2020, somente 959 PcD's foram aprovados no período 2011-2020, observe no gráfico 01 (UFPA, 2020).

Os dados resultam em um total de 529 estudantes com deficiência que em 2020 ainda permanecem ativos no curso com relação ao ano em que foi matriculado sendo: ano 2010 (2 alunos), ano de 2011 (2 alunos), ano de 2012 (1 aluno), ano de 2013 (1 aluno), ano 2014(10 alunos), ano de 2015(31 alunos), ano de 2016(54 alunos), ano de 2017(76 alunos), ano de 2018 (132 alunos), ano de 2019 (110 alunos) e o ano de 2020 (110 alunos). Destes, 404 estudam na sede e 125 nos campi do interior.

Ao que se refere ao acesso, acessibilidade e permanência destes estudantes no ensino superior, embora tenha ocorrido muitos avanços, ainda é um desafio, pois as barreiras e limitações não são só físicas, como escada ou uma infraestrutura, se manifesta nas mais diferentes formas. Sasaki (2004) acredita que a acessibilidade deve ser incorporada aos conteúdos programáticos e curriculares e afirma ainda que as dimensões da acessibilidade são:

[...] arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 01)

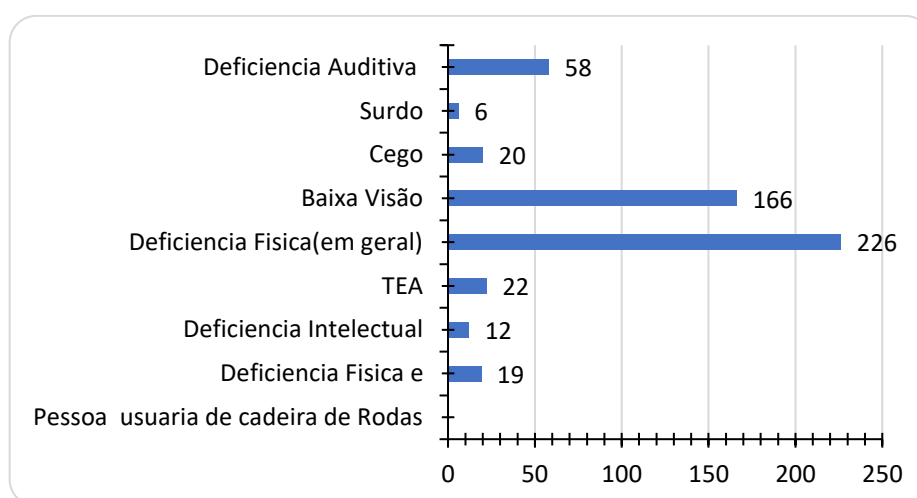
A evasão de alunos PcD's ainda é um aspecto presente nas universidades, dada por falta de apoio e acessibilidade para esses alunos permanecerem, em outros casos está a falta de conhecimentos de leis, políticas afirmativas e decretos que amparam seus direitos na faculdade de forma acessível.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 garante no Art. 59, que o sistema de ensino deve assegurar aos educandos com deficiência: currículos, técnicas, recursos educativos e organização específicas que atendam suas necessidades, além de professores com especialização adequada para o atendimento especializado. Para Sasaki (2009) ao “incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento

de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros” (SASSAKI, 2002, p. 41).

Os alunos público-alvo da educação especial é qualquer estudante com deficiência conforme descreve o Art. 2º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, seja ela com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação com uma ou mais barreiras (BRASIL, 2015)

Quanto aos alunos com deficiência matriculados (ativos) por tipo de deficiência permanente no ano de 2020 nos cursos de graduação veja o gráfico 03 a seguir:



**Gráfico 03:** Estudantes matriculados por tipo de deficiência.  
Fonte: UFPA, 2020

Ao analisar os relatórios anuais de 2016 a 2020 houve grande avanço nas ações inclusivas na UFPA que contribuíram para um aumento significativo nos números de alunos permanentes na graduação, mas é perceptível que ainda é possível melhorar ao rever os dados da pesquisa. Cabe ressaltar alguns dos serviços e ações oferecidos pela própria SAEST que contribuiu para esse aumento, como o apoio: “social, pedagógico, psicoeducacional e o psicológico/clínico, além de projetos de extensão em apoio à Assistência Estudantil” (UFPA, 2019).

A seguir serão destacados programas e projetos vinculados ao COACCESS, realizados pela UFPA que visam a promoção de acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

## **2- PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA**

Dentre os programas de acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência na UFPA, destaca-se o Programa de Formação Continuada e Apoio à Inclusão de Pessoas Público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior (PROFAEIS), Programa de Atendimento Individualizado PcD's (PAI), Programa de Bolsa Acadêmica Acessibilidade (PROBAC); Programa de Dilação de Tempo para PcD's (PRODIT); Programa de Apoio Pedagógico ao PcD's (PROAP-PcD's); Programa de implementação de Núcleos de Acessibilidade (PNACCESS), Programa de Apoio a Infraestrutura Acessível (INFRACESSÍVEL) (UFPA, 2018).

Diante de ações em parceria com as Unidades e subunidades a COACCESS em 2019 contou com outros três programas/projetos que proporcionou a “diminuição de barreiras atitudinais, estruturais, arquitetônicas e pedagógicas, em parceria com unidades e subunidades para pessoas com deficiência na UFPA” foi o Programa de Formação Continuada e Apoio à Inclusão de Pessoas Público Alvo da Educação no Ensino Superior (PROFAEIS), Programa de Apoio a Infraestrutura Acessível (INFRACESSÍVEL) e Programa de Implementação de Núcleos de Acessibilidade (PNACES) (UFPA, 2019, p. 37). Houve importantes avanços na diminuição de barreiras de acessibilidade para alunos com deficiência, por meio destes programas.

O PROFAIES tem como objetivo oferecer e ampliar a orientação pedagógica e técnica em situações que envolvem o público-alvo da educação especial no âmbito da UFPA. Esse programa destina-se a oferecer cursos e dar apoio pedagógico às coordenações de curso, coordenadores pedagógicos, professores e técnicos da UFPA a respeito da inclusão e promoção da acessibilidade aos alunos com deficiência (UFPA, 2019, p. 42).

Relativamente à falta de conhecimentos de professores não preparados, recursos didáticos e estrutura física tem contribuído para a desistência ou evasão de estudantes deficientes. Para Matiskei, (2004) a reformulação curricular deve estar aliada com a formação continuada dos profissionais da Educação, para permitir e promover a reflexão sobre os desafios e dificuldades que se impõem à prática pedagógica, em busca da diversidade de necessidades apresentadas pelos alunos na sala.

De acordo com a UFPA (2019) a COACCESS e as Divisões de acessibilidade dos Campi realizaram 30 (trinta) formações em parcerias com outros setores ou faculdades. “Os eventos tinham como objetivo a discussão sobre Acessibilidade e inclusão como principais temas. Dentre elas estão: curso de Libras, de Braille, de ABNT 9050, organização de eventos nacionais, locais e regionais” (UFPA, 2019, p. 42).

O Programa de Apoio a Infraestrutura Acessível – (INFRACESSÍVEL) foi desenvolvido para apoiar projetos de infraestrutura da UFPA em parceria com a prefeitura do campus, que necessitam de adequação de baixo custo e pouca complexidade em espaços e mobiliários, no intuito de garantir a autonomia e independência de alunos com deficiência em locais que apresentam barreiras arquitetônicas e de mobiliário e que possam atender o conceito de desenho universal (UFPA, 2019, p 44).

Os principais serviços, que envolvem o INFRACESSÍVEL, no ano de 2019 de acordo com a SAEST, foram as análises ambientais e consultorias. No total foram elaborados 13 relatórios de análise ambiental e 9 consultorias, totalizando 22 ações.

Já o PNACES é um programa que decorre em parceria com as Unidades da UFPA. Tendo como objetivo principal “incentivar a criação de espaços nos Campus com profissionais que debatem acerca da inclusão e acessibilidade para atender e desenvolver projetos para a permanência de alunos com deficiência na Universidade” (UFPA, 2019, p. 45).

No ano de 2019 o Programa de Implementação de Núcleos de Acessibilidade desenvolveu várias ações no total de 1.553 produtos e serviços de acessibilidade. Quanto a produção acadêmica ofereceu 26 cursos/eventos, 17 apresentações de trabalhos e ainda 25 publicações (UFPA, 2019).

Podemos observar nos quadro 01 e 02 abaixo a demanda atendida por alguns dos programas e atividades desenvolvidos no ano de 2017 e 2019 pela assistência estudantil para a contribuição da permanência dos alunos com deficiência na universidade.

Modalidade	Objetivo	Período	Indicador	Resultado
PcD Permanência	Assistir o discente com o auxílio financeiro para custeio total o parcial alimentação, transporte e material pedagógico	1º semestre	Discente beneficiado	77
			Benefício concedido	231
PcD Moradia	Assistir ao discente PcD's com o auxílio financeiro para custeio total ou parcial de despesa com aluguel que não consegue vaga na moradia estudantil, seja oriundo de outro município ou de localidade distante do município sede do campus universitário ao qual está vinculado	Fluxo Contínuo	Discente beneficiado	11
			Benefício Concedido	11
Kit PcD	Assistir o discente que possui deficiência física, motora, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, com auxílio financeiro para custeio total ou parcial de despesas com aquisição de materiais/ equipamentos básicos de instrução e de apoio às atividades didático-pedagógicas e inclusivas.		Discente beneficiado	14
			Benefício Concedido	35

**Quadro 01:** Programas e atividades desenvolvidas no ano de 2017 pela assistência estudantil.  
Fonte: UFPA, 2017

Modalidade	Objetivo	Período	Indicador	Resultado
PcD Permanência	Assistir o discente com o auxílio financeiro para custeio total o parcial alimentação, transporte e material pedagógico	1º semestre	Discente Assistido	101
			Benefício concedido	303
PcD Moradia	Assistir ao discente PcD's com o auxílio financeiro para custeio total ou parcial de despesa com aluguel que não consegue vaga na moradia estudantil, seja oriundo de outro município ou de localidade distante do município sede do campus universitário ao qual está vinculado	Fluxo Contínuo	Discente Assistido	18
			Benefício concedido	18
Kit PcD	Assiste ao estudante um apoio financeiro, pago em uma única parcela		Discente Assistido	42

**Quadro 02:** Programas e atividades desenvolvidas no ano de 2019 pela assistência estudantil.  
Fonte: UFPA, 2019

Ao analisar os dados dos quadros acima é notório que houve um aumento no decorrer desse período entre os anos de 2017 a 2019 com relação a alunos beneficiados por programas de assistência oferecidos pela UFPA para o público alvo da educação especial. No quadro 01 dos 303 benefícios concedidos através do programa PcD's Permanência, somente 101 discentes receberam o auxílio do benefício, já o PcD's moradia percebe-se que houve o preenchimento de todas as vagas de auxílios disponibilizados e o kit PcD's foi distribuído para 35 estudantes.

Não foi objeto de investigação os fatores que fazem com que muitos alunos com deficiência não recorrem aos programas e projetos disponibilizados pela UFPA. Especula-se que há uma ideia corrente de que basta o ingresso. Para efetivar uma educação inclusiva faz necessário desconstruir compreensões equivocadas acerca da deficiência, na perspectiva de superar a compreensão da limitação, do fardo, da incapacidade para pensá-la como identidade.

Borges acredita que para viabilizar uma educação inclusiva a “escola brasileira tem de ser redesenhada. Muitas adaptações e mudanças devem acontecer marcando uma revolução que se concretize na reestruturação do espaço, do tempo e da prática pedagógica vivenciada na escola” (BORGES; PEREIRA; AQUINO, 2012, p 8). Para obtermos uma educação inclusiva de princípio:

Exige-se a mudança de mentalidade e a construção de um novo paradigma educacional. Devemos avançar de uma sociedade preconceituosa para uma sociedade humana e solidária com todos; de uma escola tradicional e fechada, a uma escola aberta e inovadora; de uma prática pedagógica homogeneizadora,

a ações voltadas para atender, com qualidade, a toda a diversidade de alunos presentes no sistema educacional. É preciso entender que existem ritmos e tempos diferentes para aprender, como também diversas maneiras de ensinar. (BORGES; PEREIRA; AQUINO, 2012, p 8)

Outro programa realizado pelo COACCESS nas universidades foi a implementação de duas Instruções Normativas, o Programa de apoio especializado e individual para estudante com deficiência (PAI/PcD) e o Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade (PROBAC).

O Programa de Apoio Especializado e Individual constitui-se:

em um conjunto de ações técnicas e especializadas, de forma sistemática e permanente com vistas a apoiar o discente de graduação com deficiência, prioritariamente, em vulnerabilidade socioeconômica para fins de eliminação de barreiras na vida acadêmica e garantia de acessibilidade na UFPA, em todas as suas nuances (UFPA, 2019, p. 39).

Neste aspecto para garantir esses direitos as instituições de ensino públicas dependem de profissionais da educação capacitados, estrutura física com acessibilidade, participação da sociedade e família. Sugere Prado e Freire (2001) que cabem a eles:

a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhe possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional efetivo e sociocultural (PRADO E FREIRE apud NOGUEIRA; GLAT, 2003).

É necessário mitigar as barreiras que limitam a aprendizagem de pessoas com deficiências. A educação inclusiva parte da compreensão das diferenças como o maior atributo da normalidade, e não a igualdade. Assim sendo, as diferenças mobilizam o ambiente de aprendizagem, onde todos podem aprender, convivendo e respeitando as diferenças, que não é sinônimo de limitação, e sim condição para a diversidade.

A partir deste cenário a interação e a comunicação ajuda no desenvolvimento e facilita os trabalhos com os demais colegas. Aprendendo a ser sensíveis, compreensíveis e a respeitar confortavelmente as diferenças e semelhanças entre si (STAINBACK, 1999).

No que diz respeito ao PAI de acordo com os dados disponibilizado pelo relatório anual (2019) no SAEST a Universidade Federal do Pará, até final de 2019 contou com 417 (quatrocentos e dezessete) alunos PcD's matriculados, sendo que 179 (cento e setenta e nove) alunos matriculados na graduação desses citados acima foram assistidos pelo PAI equivalente a 42,92%, sendo destes 125 (cento e vinte e cinco) alunos matriculados no campus Belém e 54 (cinquenta e quatro) nos demais campus da UFPA.



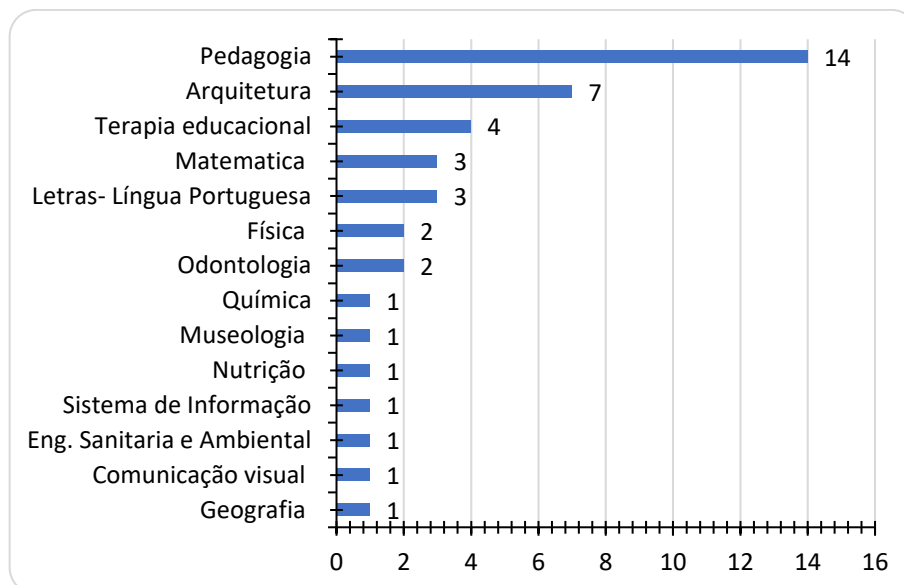
**Gráfico 4:** Alunos PcD's assistidos pelo PAI  
**Fonte:** UFPA, 2019

A inclusão é um espelho de educação dentro da perspectiva inclusiva educacional para escolarização de PcD's (Pessoas com Deficiências) fazendo-se necessário ter uma assistência e instrumento diferenciado. A qualidade do ensino deve ultrapassar todos os níveis e modalidades onde se “realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2007).

Visando diminuir as barreiras, o PROBAC está alinhado à Lei nº 13.146 de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No que diz respeito à solução para as barreiras pedagógicas, no artigo 28 da Lei supracitada, incumbe ao poder público:

[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, aprimorando-o, instituindo um projeto pedagógico adequado, adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, medidas de apoio, práticas pedagógicas inclusivas, formação docente entre outros (BRASIL, 2015).

Os dados do relatório anual de 2019 mostra que a COACCESS obteve um total de 42 bolsistas de monitoria pelo Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade, dentre os Campus Belém e os demais Campi, sendo os cursos mais requisitados para monitoria do PROBAC: Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Terapia Ocupacional, Matemática, Odontologia, Física, Química, Museologia, Letras, Sistema de informação, Engenharia Sanitária, Comunicação Social e Geografia, onde a maior parte se concentra no curso de Pedagogia observe-os no gráfico 5 a seguir.



**Gráfico 05:** Bolsistas PcD's de monitoria pelo Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade por graduação.  
Fonte: UFPA, 2019

Segundo a UFPA (2019, p. 37) “O conjunto de programa e projetos vinculados a COACCESS permitiram o atendimento direto a 179 (cento e setenta e nove) alunos de graduação e a realização de 2018 (dois mil e dezoito) procedimentos, serviços ou produtos.”

No que diz a respeito a educação inclusiva brasileira percebe-se que ainda apresenta resistência quando se trata da realidade dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), na maioria dos casos pela falta de profissionais especializados, apoio do estado, comunidade e falta de acessibilidade. Isso tem dificultado a permanência de alunos PcD's nas instituições, contribuindo para o aumento do índice de evasão de alunos com deficiência.

## CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará (UFPA).

A UFPA promove a acessibilidade de alunos com deficiência pela promoção do acesso e permanência de alunos com deficiência matriculados no curso de graduação através de ações e projetos. Nessa direção, a UFPA contribui para uma educação inclusiva para estudantes público-alvo da educação especial por meio da Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) vinculada a superintendência de assistência estudantil (SAEST) promovido através de ações, serviços, programas, projetos e políticas educacionais.

Dentre os programas disponibilizados para promover a acessibilidade estão a modalidade PcD's, permanência, PcD's moradia e kit PcD's disponibilizado pela assistência

estudantil. Outros programas que se denominaram são o Programa de apoio especializado e individual-(PAI) para estudante com deficiência e o Programa Bolsa Acadêmica de Acessibilidade (PROBAC). Ademais estão o Programa de Formação Continuada e Apoio à Inclusão de Pessoas Público-alvo da Educação no Ensino Superior (PROFAEIS), Programa de Apoio a Infraestrutura Acessível (INFRACESSÍVEL) e Programa de Implementação de Núcleos de Acessibilidade (PNACES).

Destaca-se os serviços e ações oferecido pela COACCESS por meio do site da SAEST na aba acessibilidade onde é possível encontrar a história, as atividades, Legislação, equipe Técnica, cartilhas pedagógicas e guia de monitoria de PcD's online, que dão suporte a alunos PcD's, professores e aos públicos em geral.

Considerando a evolução do número de ingressantes que permaneceram no curso entre 2011 a 2020 analisado durante a pesquisa, pode-se observar um movimento crescente nos percentuais de alunos PcD's que permanecem matriculados no ano de 2020 na UFPA, indicando o desenvolvimento e a evolução da matrícula na instituição.

Podemos compreender, por meio dessa pesquisa, o papel da Instituição de Ensino Superior para o acesso e permanência de pessoas com deficiência na graduação, considerados aspectos como infraestrutura, moradia estudantil, apoio ao transporte, biblioteca, refeitório, apoio para estudantes com deficiência física.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Maria; PEREIRA, Helena; AQUINO, Orlando. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. *Revista Iberoamericana de Educación* / ISSN: 1681-5653 n.º 59/3 –15/07/12. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/4394Borges.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida. Brasília, DF. Dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília-DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília-DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: dia 12 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas Com Deficiências. Brasília, DF. Jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, DF. Dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em:

BRASIL. **Plano de desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** PDE/ Ministério da Educação. Brasília, DF. Abril 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF. MEC, SEESP, 2007. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 (2002, p.88). Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguas/itaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguas/itaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). acesso em 01

GLAT, R.; MACHADO, K.; BRAUN, P. **Inclusão escolar.** Texto publicado nos anais do XI Congresso Nacional da Fenasp, p. 221-228, Niterói/RJ, 2006. Disponível em:[http://www.eduinclusivapesq.uerj.pro.br/livros\\_artigos/pdf/anais\\_pestalozzi.pdf](http://www.eduinclusivapesq.uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/anais_pestalozzi.pdf).

MANTOAN, Maria; **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em:[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃOESCOLAR\\_Maria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf?1473202907](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃOESCOLAR_Maria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf?1473202907). Acesso em: 03 mar. 2020.

MARIANO, Monalisa Et al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. Escola Anna Nery. **Revista de Enfermagem**, vol. 19, núm. 3, julho-septiembre, 2015, p. 498-504 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

MATISKEI, Angelina. **Políticas públicas de inclusão educacional: Desafios e perspectivas.** Editora UFPR, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

MENDONÇA, Ana. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE.** *Anais do V Seminário de Pós-Graduação – V SIMPÓS.* V.5, 2018. Disponível em: 668- Pronto ANAIS.pdf (ifm.edu.br). Acesso em: 20 jun 2021.

NOGUEIRA, Mario; GLAT, Rosana. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para Educação Inclusiva no Brasil. Portal metodista. *Revista Comunicações*. ISSN2238-121X(online) v. 10, n. 1 (2003). Disponível em: [https://www .metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647/1055](https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647/1055). Acesso em: 09 out. 2020.

PRADO, Maria; FREIRE, Fernanda. A formação em serviço visando a reconstrução da pratica educacional. In: FREIRE, Fernanda; VALENTE, José (org). *Aprendendo para a vida: os computadores em sala de aula*: São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Maria; LIMENA, Maria (org.). **Metodologias multidimensionais em ciências Humanas**. Brasília: Líber livros Editora, 2006. p. 175.

SANTOS, Romer; BATISTA, Paulo. Inclusão Escolar: O ideal que necessitamos e o real que vivemos. *Revista Derecho y Cambio Social*. ISSN: 2224-4131/ Depósito legal: 2005-5822 01/10/2015. Disponível em: [https://www.derechocambiosocial.com/revista042/INCLUSAO\\_ESCOLAR.pdf](https://www.derechocambiosocial.com/revista042/INCLUSAO_ESCOLAR.pdf). Acesso em: 06 out. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, a.XII, mar./abr. 2009, p.10-16. Disponível em: <[https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). acesso em:10 set. 2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UFPA. **Cartilha**: Orientações pedagógicas e técnicas voltados Para o relacionamento com as pessoas com deficiência auditiva. /CoAcess/SAEST. 2016. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/cartilhas-pedagogicas>. Acesso em: 25 agost. 2021

UFPA. **Cartilha**: Orientações pedagógicas e técnicas voltados Para o relacionamento com as pessoas com deficiência Visual. /CoAcess/SAEST. 2016. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/cartilhas-pedagogicas>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Cartilha**: Orientações pedagógicas e técnicas voltados Para o relacionamento com as pessoas com transtorno do espectro do autista- TEA. /CoAcess/SAEST. 2016. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/cartilhas-pedagogicas>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Cartilha**: Orientações pedagógicas e técnicas Voltados para o relacionamento com as P e s s o a s c o m d e f i c i ê n c i a f í s i c a. /CoAcess/SAEST. 2016. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/cartilhas-pedagogicas>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Relatório anual de atividades 2016**. SAEST /CoAcess. Belém-PA. 2017. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Relatório anual de atividades 2017**. SAEST /CoAcess. Belém-PA. 2018. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Relatório anual de atividades 2018**. SAEST /CoAcess. Belém-PA. 2019. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Relatório anual de atividades 2019**. SAEST /CoAcess. Belém-PA. 2020. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 25 agost. 2021.

UFPA. **Relatório anual de atividades 2020**. SAEST /CoAcess. Belém-PA. 2020. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 16 out. 2021.

UFPA. **Resolução n. 828, de 23 de Março de 2021**. Dispõe sobre a aprovação da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém-Pa. 2021. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/relatorio>. Acesso em: 28 agost. 2021.